

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão: A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de empréstimos para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de 2,2 (1,6 em 31 de dezembro de 2022). **(j) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Operação	Fluxo de caixa contábil						
	Valor contábil	trata total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.277.257	1.806.481	23.777	395.042	119.317	1.049.770	218.575
Títulos de dívida emitidos com garantia	410.566	563.151	-	47.081	39.986	476.084	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	1.687.823	2.369.632	23.777	442.123	159.303	1.525.854	218.575
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	2.739.552	3.848.384	75.639	507.444	516.130	1.571.812	1.177.359
Subtotal - Debêntures	2.739.552	3.848.384	75.639	507.444	516.130	1.571.812	1.177.359
Fornecedores	590.507	590.507	162.195	428.312	-	-	-
Fornecedores risco sacado	32.853	32.853	32.853	-	-	-	-
Passivo de Arrendamento	3.450	3.450	96	515	653	2.186	-
Subtotal - Fornecedores	626.810	659.663	260.850	428.827	653	2.186	-
Total	5.054.185	6.877.679	360.266	1.378.394	676.086	3.099.852	1.935.934

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge* accounting para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição ao câmbio é de 24,3% (15,1% em 31 de dezembro de 2022), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 27.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial					
	Saldo em R\$	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	US\$ (1.077.301)	(1.119.592)	(1.399.490)	(1.679.388)	(839.694)	(559.796)
Impacto no resultado do exercício			(279.898)	(559.796)	279.898	559.796
Swap - Ponta Ativa	US\$ 1.099.453	1.142.613	1.428.267	1.713.920	856.960	517.307
Impacto em outros resultados abrangentes			5.755	11.511	(5.755)	(11.511)
Impacto no resultado do exercício			279.898	559.796	(279.898)	(559.796)
Impacto líquido no resultado do exercício total			-	-	-	-
Referência para ativos e passivos financeiros						
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)	5,03	4,84	6,29	7,55	3,77	2,52

DIRETORIA EXECUTIVA

Riberto José Barbanera - Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor de Relações com Investidores

Cristiano de Lima Logrado - Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor

José Silva Sobral Neto - Diretor

Bruno Cavalcanti Coelho - Diretor

André Luiz Barata Pessoa - Diretor

Agnelo Coelho Neto - Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Miranda da Paz Júnior - Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

David Abdalla Pires Leal

Carlos Augusto Leone Piani - Vice-Presidente

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIA

Carlos Augusto Leone Piani - Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Tiago de Almeida Noel

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Saulo de Tarso Alves de Lara

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Maria Salete Garcia Pinheiro

SUPLENTEs

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccato de Trotta

Ricardo Bertucci

Geovane Ximenes de Lira

Superintendente de Contabilidade e Tributos

Contador CRC PE 012996-0-3-RS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs Riberto José Barbanera, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, André Luiz Barata Pessoa, Humberto Luis Queiroz Nogueira, José Silva Sobral Neto, Bruno Cavalcanti Coelho, Cristiano de Lima Logrado, Agnelo Coelho Neto e Mauricio Alvares da Silva Velloso Ferreira declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutária ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e a proposta de administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2024 e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, de 25 de março de 2024, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral ordinária dos acionistas. Porto Alegre, 25 de março de 2024. Paulo Roberto Franceschi; Saulo Tarso Alves de Lara; Vanderlei Dominguez da Rosa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D**, Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada:** As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 239.773 mil em 31 de dezembro de 2023 e está divulgado na nota explicativa nº 7 as demonstrações contábeis. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma accurada e contabilizada na competência correta. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) estimativa independente da alocação do volume de energia entre as diferentes categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia; (iii) teste de detalhe com base amostral dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2024. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos

que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Controles sobre inventário físico de almoxarifado:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de almoxarifado segregado entre ativo circulante no valor de R\$ 13.143 mil e ativo de contrato no não circulante, no valor de R\$ 194.765 mil. Estes saldos representam peças, máquinas, equipamentos, dentre outros, utilizados para expansão e manutenção da rede de distribuição de energia elétrica. Devido às complexidades relacionadas aos controles do almoxarifado, que decorrem do elevado número de localidades, da constante transferências de bens entre as mesmas e de que ainda existem controles não implementados, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para cobrir o risco de erros materiais na conta de almoxarifado, incluíam, dentre outros: (i) revisão dos procedimentos de inventário físico efetuados pela Companhia; (ii) acompanhamento em base amostral de inventários físicos e teste de compilação destes; (iii) teste documental e inspeção física, em base amostral, das adições e baixas do exercício com teste de valorização destes itens; (iv) revisão das conciliações realizadas entre as bases dos inventários realizados com os respectivos saldos contábeis. A combinação das deficiências dos controles internos no processo de inventário físico, da movimentação de itens entre as localidades e o controle de iteração destes itens representou uma deficiência significativa e, portanto, alterou a nossa avaliação quanto à natureza, época e amplitude a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíam, dentre outros: (i) extensão das localidades nas quais foram acompanhados os inventários físicos e das amostras contábeis para cada unidade; (ii) realização de inventário geral em data próxima ao final do exercício; (iii) análise extensiva da movimentação de itens entre a data de inventário e o final do exercício. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos

continua